

# Oposição vê manobra no Orçamento de 1992

Marcos Magalhães

O governo embutiu no projeto de orçamento da União para 1992 uma superestimativa de receita de aproximadamente US\$ 10 bilhões, além de ter subestimado despesas, principalmente as referentes ao pagamento de benefícios da Previdência Social. A acusação é de parlamentares da oposição, que têm demonstrado preocupação após a primeira análise do texto enviado pelo Poder Executivo.

"Teremos um orçamento superestimado e algumas despesas simplesmente não vão ser realizadas", prevê o deputado César Maia (PMDB-RJ), encarregado por seu partido de analisar a proposta do governo. "Isto nos faz pensar que o Executivo deve ter esperança de aprovar alguma mudança no sistema tributário ainda neste ano, para vigorar em 1992", apostila.

## Esfôrço no IR

Para chegar aos US\$ 10 bilhões, técnicos ligados aos partidos de oposição verificaram que o governo prevê a entrada de US\$ 4 bilhões como resultado de um esforço, principalmente na cobrança do Imposto de Renda, além do ingresso de US\$ 6 bilhões decorrentes da quitação de 20% da dívida ativa da União.

"Quando alguém prevê arrecadação para o ano seguinte, já parte do pressuposto de que empreenderá um esforço para chegar a ela", salienta Francisco Dornelles (PFL-RJ), que faz parte do bloco de apoio ao governo na Câmara. A falta de consistência dos números, admitida por ele e duramente criticada pela oposição, pode levar o orçamento a gerar falsas expectativas de gastos.

Dos US\$ 10 bilhões de arrecadação adicional esperados pelo governo, pouco mais de US\$ 7 bilhões permaneceriaiam na esfera federal, enquanto o restante seria incorporado às transferências constitucionais a estados e municípios. A parte que ficaria com a União, porém,



Márcio Batista

*Maia, do PMDB, identifica armadilhas na proposta do governo*

já é maior do que todos os investimentos previstos no orçamento, que chegam a US\$ 6,5 bilhões.

## Bodes expiatórios

"A efetiva possibilidade deste acréscimo de receita tributária vir a ocorrer é remota", diz o vice-líder do PSDB na Câmara, Paulo Hartung (ES). Ele recorda que o próprio governo já se encarrega de escolher o Legislativo e o Judiciário como "bodes expiatórios" para o caso de não chegar à arrecadação pretendida, ao dizer que cabe ao primeiro "apreciar tempestivamente as medidas legais" que venham a ser propostas — como diz a mensagem presidencial — e ao segundo garantir tramitação rápida aos processos de cobrança da dívida.

César Maia também acredita que o governo está adotando uma rota de colisão com o Legislativo, ao dirigir para o Congresso Nacional — Inclusive o Tribunal de Contas da União — uma dotação equivalente a 0,14% do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto em toda a última década ela variou de 0,24% a 0,30% do PIB. "Eles provavelmente querem que o Legislativo faça emendas para aumentar a sua dotação, o que seria desgastante

para nós", afirma.

O deputado identifica outra armadilha do orçamento na previsão de gastos com a Previdência Social. Segundo dados que ele próprio apurou junto a técnicos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), seriam necessários US\$ 24 bilhões para fazer frente aos benefícios em 1992, mas a dotação para eles se limita a US\$ 19 bilhões.

Maia lembra que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) exige a destinação de 30% dos recursos da seguridade para a saúde, o que levou o setor a contar com uma dotação de Cr\$ 3,7 trilhões. Na sua opinião, não mais do que Cr\$ 2,5 trilhões serão gastos com saúde, enquanto a diferença será desviada para cobrir o déficit da Previdência.

Ainda mais crítico, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) vê com bastante desconfiança a enorme destinação de recursos ao pagamento de encargos financeiros, que chegam a US\$ 90 bilhões. Na sua opinião, esses gastos estão propositalmente superestimados, para permitir ao governo uma folga em recursos sem destinação específica.